

RECURSO ESPECIAL Nº 1.477.853 - DF (2014/0212927-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : JOSE APARECIDO DE SENA COVAS
RECORRENTE : VALÉRIA CRISTINA RABELO COVAS
ADVOGADOS : RITA DE CÁSSIA NASCIMENTO PALMA GASTALDI -
DF010695
DARIO RUIZ GASTALDI - DF010699
RECORRIDO : COTRAMA COMÉRCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS
AMÉRICA LTDA
ADVOGADO : MARIZETE MARIA DE SOUZA FURTADO E OUTRO(S) -
DF016787

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOSE APARECIDO DE SENA COVAS e OUTROS, com amparo no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

1. Discute-se no apelo nobre às fls. 431-446, e-STJ, ratificado às fls. 533-545, e-STJ, interposto pelo insurgente, a *"questão referente aos requisitos necessários à caracterização da fraude de execução envolvendo bens imóveis, excetuadas as execuções de natureza fiscal."*, sob a égide do CPC/1973, controversia essa submetida a julgamento conforme a sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973 e art. 1.036 e seguintes do CPC/2015), vinculada ao Tema nº 243.

Naquela oportunidade, a Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça firmou as seguintes teses:

1.1. É indispensável citação válida para configuração da fraude de execução, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 615-A do CPC.

1.2. O reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula n. 375/STJ).

1.3. A presunção de boa-fé é princípio geral de direito universalmente aceito, sendo milenar a parêmia: a boa-fé se presume; a má-fé se prova.

1.4. Inexistindo registro da penhora na matrícula do imóvel, é do credor o ônus da prova de que o terceiro adquirente tinha conhecimento de demanda capaz de levar o alienante à insolvência, sob pena de tornar-se letra morta o disposto no art. 659, § 4º, do CPC.

1.5. Conforme previsto no § 3º do art. 615-A do CPC, presume-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens realizada após a averbação referida no dispositivo.

(REsp 956.943/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/08/2014, DJe 01/12/2014)

Em tal circunstância, deve ser prestigiado o escopo perseguido na legislação processual, isto é, a criação de mecanismo que oportunize às instâncias de origem o **juízo de retratação e o juízo de conformidade** na forma do art. 543-C, § 7º, e 543-B, § 3º, do CPC/1973; e 1040 e seguintes do CPC/2015, conforme o caso.

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, impõe-se a devolução dos autos ao eg. Tribunal de Origem para que seja observada a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, conforme determinação prevista no art. 256-L do Regimento Interno desta Corte Superior, que assim dispõe:

Art. 256-L. Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito:

I - se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator;

II - se ainda não distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem por decisão fundamentada do Presidente do STJ.

Com efeito, este Tribunal Superior, considera una a decisão proferida em juízo prévio de admissibilidade, o que implica necessidade de a Corte de origem remeter os autos a este Sodalício, caso vislumbre possibilidade de conhecimento da insurgência, ainda que parcial.

Contudo, esse entendimento quanto à unicidade da decisão comporta "*exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.*" (EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018).

É imperioso, portanto, o retorno dos autos à origem para aplicação da sistemática dos recursos especiais repetitivos.

Por fim, registre-se que, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, o ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015) não possui carga decisória, **por isso se trata de provimento irrecorrível**.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1140843/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, **PRIMEIRA TURMA**, julgado em 23/10/2018, DJe 30/10/2018, AgInt nos EDcl nos EREsp 1.126.385/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, **PRIMEIRA SEÇÃO**, DJe 20/09/2017; AgInt no REsp 1663877/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017; AgInt no REsp 1661811/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, **QUARTA TURMA**, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018.

2. Do exposto, determina-se a devolução dos autos à origem para que se observe a sistemática prevista nos artigos 543-C do CPC/1973 e art. 1.040 e 1.041 do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator